

2 de abril de 2019

<http://justnews.pt/noticias/investigacao-clinica-no-hospital-publico>



Investigação Clínica no Hospital Público

Alexandre Lourenço

Presidente da Associação Portuguesa de Administradores Hospitalares (APAH)

O desenvolvimento da área de investigação clínica (IC) no Hospital Público é aparentemente consensual. Contudo, está ainda muito por fazer a nível local e nacional para que a concretização desta aposta reverta a favor dos profissionais e dos doentes através da implementação de cuidados inovadores, levando assim à promoção da excelência assistencial e da notoriedade dos profissionais e das instituições.

Apesar de nos últimos anos ter existido uma elevada atenção sobre a investigação clínica e em saúde nos hospitais portugueses, poucos têm sido os desenvolvimentos estruturais. Um bom exemplo é a transformação, num ápice, de um lote de hospitais em centros universitários, como se apenas faltasse a alteração da designação das instituições para ultrapassar as barreiras existentes.

A ausência de uma cultura de investigação, da incorporação estratégica da IC na realidade assistencial dos profissionais e da capacitação de um Centro de Investigação Clínica em competências e número de recursos humanos está a condenar diariamente este desenvolvimento. Não é por acaso que, indecorosamente, o número de hospitais a garantir financiamento para investigação clínica no quadro da União Europeia é mínimo.

No início de 2018, o Governo apostou na criação da Agência de Investigação Clínica e Inovação Biomédica (AICIB) como meio de promoção e desenvolvimento dos acanhados Centros Académicos Clínicos (CAC), procurando-se implementar "um passo decisivo no alargamento dos hospitais públicos e do SNS para a atividade de investigação clínica". Contudo, a ação da AICIB tarda a ver a luz do dia.



Alexandre Lourenço

Ao olharmos para as realidades de outros países europeus, podemos inferir potenciais oportunidades para os hospitais portugueses na área da investigação. Por exemplo, a Bélgica, o nosso comparador pela dimensão e número de habitantes, realizou, em 2017, três vezes mais ensaios por milhão de habitantes que Portugal.

Face a esta demonstração de oportunidade, importa definir com celeridade um plano de ação para a IC nacional. Um plano que assegure, por exemplo, a coordenação da resposta nacional e estabeleça metas tangíveis e medidas concretas, numa perspetiva de competitividade internacional e benchmarking nacional.

Com efeito, é necessário assegurar a coordenação de interesses comuns aos hospitais do SNS, permitindo o efeito de escala necessário à captação de alguns ensaios clínicos multicêntricos, tornando Portugal um prestador agregado de cuidados e de recrutamento de doentes, quando esse interesse se coloca.

A nível de cada instituição, importa garantir uma cultura transversal de investigação entre todos os profissionais e uma equipa gestonária multidisciplinar e profissionalizada. Os esforços dos hospitais em garantir profissionais qualificados nestas áreas têm esbarrado nas limitações impostas pelo Ministério das Finanças, apesar da demonstração de que o financiamento angariado destas áreas suplanta em muito os custos de operacionalização destas equipas.

A constituição efetiva destas estruturas é um passo decisivo para alavancar a IC nos hospitais do SNS. Em termos práticos, isto traduz-se, invariavelmente, numa estrutura profissional, multidisciplinar, capacitada e com recursos próprios.

Ainda que a iniciativa local seja crucial, é necessária uma estratégia nacional comum que possa assegurar a visibilidade nacional no domínio da investigação clínica e de translação, permitindo a captação de investimento estrangeiro essencial para capacitar os nossos recursos humanos e fomentar a competitividade.

É assim necessário desenvolver uma Agenda Nacional para o Desenvolvimento da Investigação Clínica no SNS, a par da necessária aposta das instituições, ao nível da sua gestão de topo e intermédias, na definição da IC como uma prioridade, indo ao encontro também das expectativas dos profissionais de saúde e dos utentes.



O artigo pode ser lido no Hospital Público de março/abril.